



Resumo Executivo da 162ª Reunião da Comissão Intergestores Tripartite

Data: 21 de março de 2018

Local: Brasília/DF

Horário: 09h30m

Membros presentes: representantes do MDS – Maria do Carmo Brant (titular), Allan Camello Silva (titular), Renata Ferreira (titular), Halim Girade (titular), Antônio Henriques (suplente), Mariana Neris (suplente), Karoline Aires (suplente); Israel Stal (titular); representantes do FONSEAS – Josbertini Clementino (titular), Patrícia Amaral (titular), Rosilene Rocha (titular); representantes do CONGEMAS – Vanda Anselmo (titular), José Crus (titular), Maria das Dores Sousa (titular), Solange Zago (titular) Luís Fernando Couto (suplente).

A **162ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) da Assistência Social**, ocorreu em Brasília, em 21 de março de 2018. Os gestores discutiram sobre Informe da Câmara Técnica Primeira Infância no SUAS; Programa Criança Feliz; CREAS e MSE; Programa Capacita SUAS; Acompanhamento do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Estadual e do Distrito Federal; a Portaria MDS nº 37/2018, Educação Financeira e a retomada dos trabalhos das Câmaras Técnicas.

A direção do Departamento de Proteção Social Básica – DPSB apresentou resultados da Câmara Técnica (CT) Primeira Infância no SUAS, criada com o objetivo de discutir o processo de implantação do Programa Criança Feliz (PCF) e sua integração com o Programa Primeira Infância no SUAS. Nos encontros da CT foram tratados os seguintes eixos: Identidade da Visita Domiciliar, Gestão do Programa e Modelo de Governança, Capacitação e Educação Permanente, Financiamento do Programa Primeira Infância no SUAS e Intersetorialidade. A partir dos consensos da CT, foram feitos, entre outros encaminhamentos, a revisão do Guia para Visita Domiciliar a elaboração pelo comitê gestor de protocolos e fluxos intersetoriais que resultem na publicação de portaria interministerial que instrumentalize e oriente o atendimento das demandas identificadas durante as visitas domiciliares. No que se refere à questão da intersetorialidade, a SNPDH informou que será portaria interministerial com o intuito de definir o papel e os recursos dos setores na atenção ao público da primeira infância.

O Departamento de Proteção Social Especial – DPSE informou sobre os trabalhos da Câmara Técnica que foi instituída em 2015 a fim de definir parâmetros de aperfeiçoamento para a gestão e a oferta do Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) em Meio Aberto. As atividades possibilitaram maior conhecimento sobre a realidade de cada tipo de oferta no país e maior aproximação com os agentes intersetoriais, contudo, a Câmara Técnica teve dificuldade em chegar a consensos quanto aos modelos passíveis de serem ofertados. Entre fevereiro e março de 2018, a SNAS realizou pesquisa com os objetivos de conhecer a realidade da execução das medidas socioeducativas em meio aberto nos municípios e de qualificar o serviço na assistência social. A pesquisa foi

respondida por 5.405 municípios (97,03%) e aponta que existem distintos arranjos no atendimento dos adolescentes, demandando a discussão, em Câmara Técnica, sobre formas de ofertas da Proteção Social Especial (PSE) nos municípios de pequeno porte I e II. Foram apresentados critérios que possibilitem ampliação da cobertura de oferta de serviços da PSE. Esses critérios foram pactuados pela comissão.

O Departamento de Gestão do SUAS (DGSUAS) apresentou o status de execução do Programa CapacitaSUAS, as principais dificuldades e o percentual de não execução que motivaram a Resolução CNAS nº 15/2017. Esta faz alterações no programa no intuito de melhorar sua execução. No entanto, houve encaminhamento para que seja instituído um Grupo de Trabalho para pensar e fomentar melhorias em relação ao CapacitaSUAS.

O DGSUAS informou sobre o envio dos diagnósticos do Pacto de Aprimoramento do SUAS – Gestão Estadual e do Distrito Federal. Trata-se de acompanhamento periódico estabelecido pela Resolução CIT nº 01/2017 das metas da gestão estadual para o período de 2016 a 2019, cujo envio teve início em maio de 2017. O DGSUAS relatou a dificuldade em sistematizar as informações ou fazer algum tipo de análise comparativa devido à não padronização dos documentos enviados. Na apresentação foram apresentados os dados de envio dos diagnósticos, das resoluções de pactuação na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) e no Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS). O novo ciclo de monitoramento do Pacto tem início neste mês de março, tendo como prazo o mês de maio de 2018 para envio da evolução das metas e do planejamento para alcance destas.

A Secretaria Nacional de Renda de Cidadania –SENARC apresentou projeto que integra a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), mostrando os ciclos que antecederam o Projeto Piloto para avaliação de impactos e, posterior, capacitação e disseminação do projeto, que envolve o Trabalho Social com Famílias desenvolvido nos CRAS. As etapas seguintes, programadas para este ano, compreendem o aceite e indicação pelos gestores municipais das unidades CRAS que terão técnicos capacitados para a realização desse trabalho.

O Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Assistência Social (Fonseas) solicitou incluir a discussão da Portaria MDS nº 37/2018 (que institui os indicadores nacionais de monitoramento e desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social), por ter sido publicada sem a discussão no âmbito da CIT. O DGSUAS esclareceu que a portaria dá legitimidade ao uso dos indicadores que existem desde 2014 (IDCras, IDCreas e IDConselho) e de outros que ainda serão desenhados (como IDAcolhimento e IDCetroPop). Ela não cria e não define quaisquer fórmulas de cálculo para tais indicadores. E, conforme feito anteriormente, a cada novo indicador ou reformulação necessária, os novos desenhos serão apresentados à CIT ou ao CNAS.

Secretaria Técnica da CIT
Departamento de Gestão do SUAS
Secretaria Nacional de Assistência Social
Contato: 61 2030 3111
citsecretariatecnica@mds.gov.br